



Ourique



Plano
Intermunicipal
para a Igualdade
2018-2019

Elaborado por:

Esdime

Município de Aljustrel

Município de Almodôvar

Município de Castro Verde

Município de Ferreira do Alentejo

Município de Ourique

Apoio:

Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Novembro 2017

Índice

Nota de Abertura	4
Mensagem dos Presidentes dos Municípios	6
1. Introdução	17
2. Enquadramento	19
3. Descrição do Território	24
4. Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Ferreira do Alentejo e Ourique face à Igualdade de Género	34
5. Metodologia de Construção e Implementação do Plano	42
6. Descrição das Ações do Plano	44
7. Cronograma	61
8. Avaliação	62

Nota de Abertura

A territorialização das políticas de promoção da Igualdade de Género e a prevenção e combate à violência doméstica e de género assenta num esforço conjunto e em rede, que envolva a Administração Pública central e a Administração Pública local, dinamizando o trabalho em rede e promovendo a descentralização territorial das acções.

A Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género visa uma territorialização das respostas na área da violência e da igualdade, enfatizando as ações de formação, sensibilização e aprofundamento do conhecimento, devidamente articulado, as entidades com competência em matéria de proteção social e as organizações não governamentais, tendo em vista uma cobertura nacional progressiva dos serviços de apoio e proteção à vítima e em harmonia com as políticas públicas.

Neste contexto, importa incidir nos territórios mais desprovidos de respostas na área da violência doméstica e de género, implementando uma estratégia para o desenvolvimento de um trabalho em rede que promova as condições mínimas necessárias ao apoio e proteção das vítimas.

A igualdade, de par com a liberdade, são factores estruturantes para a promoção e garantia dos Direitos Humanos no século XXI. As políticas públicas de igualdade dão, deste modo, corpo ao objectivo de atingirmos níveis de justiça social nas nossas sociedades contemporâneas que permitam a premissa preconizada no artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É, pois, de políticas públicas de igualdade que tratamos neste Plano Intermunicipal para a Igualdade do Baixo Alentejo Sudoeste (ou dos Municípios de Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Ferreira do Alentejo e Ourique), potenciando as intervenções existentes e as futuras nos territórios destes cinco Municípios.

Como plano de políticas públicas, de carácter local/municipal e intermunicipal, este Plano indica-nos o caminho orientador para a implementação e avaliação das medidas de política nele contidas, consubstanciando a partilha de recursos e informação numa lógica de atuação em rede. Ainda, demonstra o compromisso político dos cinco municípios que o integram com uma agenda de igualdade, cidadania e não discriminação, alicerçados em torno da ação transversal territorial da ESDIME, procurando, nos seus objectivos, melhorar os indicadores de igualdade destes territórios.

Carlos Duarte

Vice-Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Mensagem dos Presidentes dos Municípios

Aljustrel

Igualdade de Género – Uma Prioridade

A igualdade de género é uma das grandes conquistas que a democracia consagrou no Portugal Moderno, mas que, ainda que reconhecida na Constituição da República enquanto princípio fundamental, ainda não é uma realidade plenamente aplicada na prática.

A igualdade de direitos, deveres e oportunidades entre homens e mulheres é um objectivo estrutural de construção da cidadania, pelo que todas as entidades públicas e privadas se devem empenhar neste desígnio, pré-requisito para se alcançar uma sociedade mais moderna, justa e equitativa.

Em particular as autarquias locais, enquanto órgãos de poder mais próximos das populações, devem colocar este tema no centro das

suas agendas políticas, tendo como guião o Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação, instrumento de execução das políticas públicas que promovam a igualdade de género e o combate às discriminações em função do sexo e da orientação sexual.

Neste sentido, no plano local, a construção de Planos Intermunicipais para a Igualdade de Género, que criem sustentáculo à implementação de planos municipais neste matéria, é um passo fundamental na construção de estratégias comuns que contribuem para a promoção da igualdade, em particular para erradicar fenómenos sociais graves como a violência de género, onde se inclui a violência doméstica.

O Município de Aljustrel está plenamente consciente da oportunidade e urgência destes desafios e completamente disponível para assumir proactivamente o seu papel, cooperando com as várias entidades envolvidas que desenvolvem esse trabalho no terreno.

Nelson Brito

Presidente da Câmara Municipal de Aljustrel

Almodôvar

A promoção de uma efetiva igualdade entre homens e mulheres é um dever essencial do Estado no âmbito da defesa e promoção dos direitos humanos. Num pressuposto que todos os seres humanos, sem as limitações estabelecidas de género, são livres para fazerem escolhas e desenvolver as suas capacidades pessoais, o município de Almodôvar defende que os diferentes comportamentos, objetivos e necessidades de mulheres e homens devem ser considerados e, igualmente valorizados.

Reconhecemos que compete à Câmara Municipal assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade.

O Município de Almodôvar, reconhecendo a importância da promoção da Igualdade de Género como fator fundamental para o desenvolvimento local, celebrou, em 28 junho de 2013, um Protocolo de Colaboração com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género assim como nomeou conselheiras locais para a dinamização de políticas locais para a Cidadania e Igualdade de Género.

Sendo as pessoas a nossa prioridade cabe ao Município fazer cumprir o direito básico de que "Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual", tal como definido na nossa Constituição.

António Bota

Presidente da Câmara Municipal de Almodôvar

Castro Verde

A evolução da situação de homens e mulheres na sociedade registou evidentes progressos nas últimas décadas. A igualdade de género, enquanto desígnio de justiça, de democracia e de desenvolvimento tem sido uma importante área de trabalho em que todos e todas – Estado, empresas, instituições e a sociedade civil – têm dado o seu contributo. Não obstante, permanecem ainda, de forma ainda bastante visível, áreas problema que continuam a desafiar a nossa ação no combate aos efeitos negativos dos estereótipos baseados nos papéis sociais de género.

Apesar de todo o caminho percorrido a diferença continua ainda a gerar discriminação nas várias dimensões da vida – profissional, familiar e da participação política e social. Infelizmente, com contornos de grande gravidade, assistimos ainda a ocorrências de violência baseada no género que continuam a manchar a nossa vivência em sociedade.

As autarquias são um importante e incontornável ator neste processo de mudança. Terão que continuar a desempenhar o seu papel, através da ação direta no âmbito das suas competências, como pelo trabalho em parceria no quadro das redes sociais e territoriais em

que intervém, contribuindo, participando e estimulando a intervenção na comunidade.

Apostas como a do Plano Intermunicipal para a Igualdade, que envolve o Município de Castro Verde, em colaboração com os Municípios de Aljustrel, Almodôvar, Ferreira do Alentejo e Ourique, com a Esdime e com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, constituem bom exemplo que importa continuar. O Município de Castro Verde assumirá em pleno a sua responsabilidade, consciente do caminho feito e do que falta percorrer.

António José Brito

Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde

Ferreira do Alentejo

A Constituição da República Portuguesa define como princípio fundamental e estruturante do Estado de direito democrático a não discriminação em função do sexo ou da orientação sexual.

Uma sociedade que se quer moderna, justa e equitativa, promotora de uma cidadania plena, tem que assumir nas suas políticas, enquanto desígnio fundamental, a igualdade entre mulheres e homens. A promoção da igualdade de género contribui para o desenvolvimento de um território inclusivo e coeso, na medida em que garante o aproveitamento de todo o capital humano existente nesse território.

É dever dos órgãos da administração pública estabelecerem entre si formas de cooperação adequadas, tendo em vista a territorialização das políticas de igualdade de género. É nessa linha que vem o presente Plano Intermunicipal para a Igualdade para os concelhos de Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Ferreira do Alentejo e Ourique, que decorre do Protocolo para uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género, assinado entre os respetivos municípios, a Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade e a ESDIME.

Este plano, na medida em que permite conceber ações conjuntas e concertadas entre inúmeras entidades dos diversos concelhos, representa a oportunidade de rentabilizar recursos disponíveis e harmonizar intervenções na área da igualdade de género, entre territórios que até aqui não o tinham feito.

Ferreira do Alentejo tem um compromisso com a igualdade de género, patente na composição dos vários órgãos autárquicos, resultantes da eleição do passado dia 1 de outubro de 2017. Num total de 64 cidadãos eleitos para a Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia, foram eleitas 31 mulheres (quase 50 %). Este Plano Intermunicipal vem reforçar esse compromisso.

Luís António Pita Ameixa

Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo

Ourique

Nenhuma injustiça e nenhuma violência devem ter espaço próprio nas nossas comunidades.

Infelizmente, como parte integrante da Humanidade de conseguirmos feitos excepcionais, mas continuamos a ter situações de injustiça e de violência que são intoleráveis no nosso patamar de desenvolvimento.

Há sempre quem diga que muito já foi feito em matéria de direitos humanos, de coesão social, de integração territorial e de desenvolvimento civilizacional, sempre preferimos colocar o foco no que ainda falta fazer para responder aos problemas, aos riscos e aos desafios que ainda persistem.

Há sempre quem diga que, perante os desafios estruturais que temos nos nossos territórios, as questões de género são questões importantes, mas não prioritárias. Não é essa a nossa visão.

As nossas comunidades estarão sempre incompletas enquanto se registarem situações de desigualdade de género, de violência doméstica e de bloqueio à afirmação individual das cidadãs como partes integrantes da nossa sociedade.

É por isso fundamental agir no presente, erradicar preconceitos, prevenir comportamentos de risco no namoro e lançar sementes para um futuro melhor.

Entre preconceitos e circunstâncias, importa prosseguir com um trabalho local que mobilize os municípios e as comunidades para a sensibilização e para a ação. Mudar as consciências, os comportamentos e as ideias pré-concebidas nunca foi uma tarefa fácil, mas é preciso mobilização, firmeza e determinação. Marcas de carácter dos Baixo Alentejanos na sua relação com o território e com as circunstâncias da nossa região.

O Município de Ourique está comprometido com este combate civilizacional pela igualdade de género, de cidadania e de não discriminação, através da concretização das medidas e das iniciativas do Plano Intermunicipal para a Igualdade.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas, Ourique é um dos 5 concelhos do País em que as mulheres ganham em média mais do que os homens. Esse indicador positivo não esmorece o trabalho de sensibilização para a igualdade de género e de concretização de respostas direcionadas para responder aos desafios colocados pelas inaceitáveis realidades da violência no namoro, das discriminações e da violência doméstica e de género.

Num Município em que as políticas para as pessoas são o pilar central das respostas municipais, as questões da igualdade de género, da cidadania e da não-discriminação nas suas diversas dimensões e públicos são importantes na construção da sociedade que queremos. É assim que Ourique terá mais futuro. Com todas e todos, numa sociedade com menos bloqueios e discriminações.

Marcelo Guerreiro

Presidente da Câmara Municipal de Ourique

1. Introdução

O Plano Intermunicipal para a Igualdade que se apresenta inclui os Concelhos de Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Ferreira do Alentejo e Ourique.

Este Plano será implementado no período compreendido entre Agosto de 2018 e Junho de 2019. A vigência do presente plano para o período de um ano relaciona-se com uma decisão estratégica que passa por avaliar a execução do mesmo e ponderar a sua continuidade ou reformulação, nomeadamente pela integração de outros eixos que se considerem estruturantes.

O documento que o constitui inicia com um enquadramento que pretende clarificar a forma como surgiu.

Seguidamente realiza-se uma descrição demográfica do território, complementada, desde logo, por indicadores que permitem fazer algumas inferências sobre a forma como as Igualdades ou Desigualdades de Género se manifestam assim como as consequências que representam neste território.

Na continuação, dedica-se um capítulo ao momento que cada Município que integra o Plano vive, relativamente às questões relacionadas com a Igualdade de Género.

De seguida descreve-se a metodologia de definição e implementação do Plano bem como as ações que o compõem.

Finalmente descrevem-se as várias dimensões a serem avaliadas ao longo da implementação do Plano Intermunicipal para a Igualdade.

2. Enquadramento

A 07 de julho de 2016 foi assinado um Protocolo para Uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género entre a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade; a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; os Municípios de **Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Ferreira do Alentejo e Ourique** e as respetivas Comissões de Proteções de Crianças e Jovens; o Centro Distrital de Segurança Social de Beja; a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direções de Serviços da Região do Alentejo; a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E; a Procuradoria da República da Comarca de Beja; o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.; o Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana de Beja e a Esdime.

Esse protocolo começa por referir que “A violência de género, onde se inclui a violência doméstica, é uma grave violação dos direitos humanos, em particular das mulheres, tal como definido na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, da ONU, em 1995, constituindo-se como um grave problema de saúde pública, como afirmou a Organização Mundial da Saúde, em 2003, cuja efetiva prevenção, proteção e apoio às suas vítimas pressupõe um reforço da cooperação entre as várias entidades envolvidas que desenvolvem esse trabalho no terreno.

O XXI Governo Constitucional considera necessário e essencial promover a prevenção e o combate à violência doméstica e de género, através de uma planificação nacional abrangente, com a participação local e implementação de perspetivas integradas, na linha do definido na Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência doméstica (Convenção de Istambul), tendo, para o efeito, definido uma estratégia de combate para este flagelo.”

O referido protocolo tem como um dos seus objetivos:

- Desenvolver um processo de territorialização das respostas na área da violência doméstica e de género, promovendo a realização de iniciativas conjuntas ou de ações concertadas.

No V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017 pode ler-se que “a igualdade entre mulheres e homens é um objetivo social em si mesmo, essencial a uma vivência plena da cidadania, constituindo um pré-requisito para se alcançar uma sociedade mais moderna, justa e equitativa”.

Importa referir que a violência de género tem na sua génese a desigualdade de poder, assim facilmente se entenderá que a igualdade entre homens e mulheres é um dos fatores de maior proteção face ao risco de violência doméstica e de género.

Neste seguimento, a Lei 75/2013 de 12 de Setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina ser da competência das Câmaras Municipais assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade.

Tendo por base toda esta conjectura surge o **Plano Intermunicipal para a Igualdade** como um instrumento concertado entre as cinco autarquias signatárias do Protocolo para uma Estratégia de Combate à Violência de Género e Doméstica. Este Plano Intermunicipal foi definido em conjunto pelas Equipas Locais para a Igualdade de cada um dos Municípios que são constituídas por vários elementos de diversas áreas de atuação (educação, desporto, cultura, ação social, entre outras).

O Plano Intermunicipal para a Igualdade de Género será um instrumento de execução de políticas públicas de âmbito local que visam a promoção da igualdade de género e o combate às discriminações em função do sexo, orientação sexual, identidade de género e características sexuais. O seu objetivo será reforçar as políticas de igualdade nas políticas públicas dos 5 municípios de forma a conseguir, por via de um trabalho concertado e à escala supramunicipal, um aumento do impacto das medidas junto das

peçoas bem como uma maior visibilidade das atividades a desenvolver e do próprio tema em si.

O facto de o Plano que agora se apresenta se constituir a uma dimensão supramunicipal traz vantagens ao território, nomeadamente a rentabilização de recursos (humanos e financeiros); a adoção de uma linguagem comum num território mais abrangente que o próprio Concelho; a motivação interpares de todas as pessoas envolvidas na sua construção e implementação; e o reforço do compromisso dos vários Municípios com a área da Igualdade de Género.

Sendo que este é um Plano Intermunicipal, e o primeiro a esta escala no território em que se insere, de forma a respeitar as individualidades bem como os diferentes patamares do caminho percorrido até então por cada um dos Municípios ao nível da Igualdade de Género, privilegiou-se a sensibilização, tendo sido considerada a área em que todos mais beneficiarão de um trabalho conjunto e concertado junto da população.

Pretende-se que este Plano, para além das Entidades Promotoras que serão a Esdime e as Autarquias de Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Ferreira do Alentejo e Ourique, tenha um conjunto de outras entidades como Parceiras, nomeadamente a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, as IPSS, GNR, Bombeiros,

Associações e Coletividades Locais, o Centro de Formação Profissional, Grupos de Teatros, Rádios Locais, entre outros.

3. Descrição do Território

Os concelhos que integram o Plano Intermunicipal para a Igualdade correspondem a cinco concelhos da NUTS 3 Baixo Alentejo.

O concelho de **Aljustrel** apresenta uma área de 458,5 km², tem uma população de 9257 habitantes, 4579 homens e 4678 mulheres, e uma densidade populacional de 20,2 hab./km². É um concelho com uma densidade populacional muito superior à média da Região Alentejo.

O concelho de **Almodôvar** tem uma área de 777,9 km², uma população de 7449 habitantes, 3677 homens e 3772 mulheres e uma densidade populacional de 9,6 hab./km².

Quanto ao concelho de **Castro Verde** este apresenta uma área de 569,4 Km². Tem 7276 habitantes, 3567 homens e 3709 mulheres, e uma densidade populacional de 12,78Hab./Km².

O concelho de **Ferreira do Alentejo** com uma área de 648,2 km² e 8255 habitantes, 4021 homens e 4234 mulheres, apresenta uma densidade populacional de 12,7 hab./km².

O concelho de **Ourique**, com uma área de 663,3 Km², apresenta uma população de 5389 habitantes, 2656 homens e 2733 mulheres. A densidade média em termos populacionais é de 8,1Hab./Km².

Pode constatar-se que todos os Concelhos têm um maior número de mulheres face aos homens. De acordo com os Censos de 2011, Castro Verde, Ferreira do Alentejo e Ourique têm uma maior percentagem de população do sexo feminino face ao sexo masculino nas faixas etárias acima dos 60 anos; Aljustrel acima dos 65 e Almodôvar acima dos 70 anos.

O panorama geral segundo os dados dos Censos, entre 2001 e 2011, e em progressão, é o de uma população envelhecida, sobretudo por diminuição de residentes nos grupos com menos de 14 anos e de 15 a 24, tendência aliás de nível nacional; e aumento de residentes com mais de 65 anos, maioritariamente mulheres. Contudo, e apesar de ligeiras alterações ao nível dos 5 Concelhos existe uma tendência, e que é notoriamente preocupante, de diminuição da população residente nos vários escalões etários entre os 25 e os 64 anos (anos ativos/productivos).

O fenómeno do duplo envelhecimento populacional não é específico destes territórios. No entanto, a sua matriz estrutural nas zonas mais desenvolvidas na União Europeia e nos concelhos analisados é substancialmente diferente. Enquanto nas regiões mais desenvolvidas este fenómeno se deve sobretudo às baixas taxas de natalidade e ao forte aumento da esperança de vida (ocorrido nas últimas décadas) – nesta sub-região resulta em grande parte de dois fatores muito distintos: emigração da população jovem e da

população ativa, mas também, retorno dos emigrantes em idade de reforma ou pré-reforma.

A situação demográfica fica ainda mais agravada quando comparamos os dados dos concelhos em estudo com a região Alentejo ou com a sub-região (Baixo Alentejo), ou seja, apresentam-se com uma população muito mais envelhecida do que as zonas onde estão inseridos. É o concelho de Ourique que apresenta indicadores de envelhecimento da população mais preocupantes.

Segundo os censos de 2011 é fácil aferir que o nível de atividade destes concelhos era relativamente mais baixo do que o registado no Continente (55,9%) e no Alentejo (52,4%). Os concelhos de Castro Verde (52%) e Ferreira do Alentejo (51,1%) registam taxas de atividade próximas da média do Alentejo e, curiosamente, mais elevadas do que as médias do Baixo Alentejo (50,3%) – a esta situação não será alheia, por um lado, a atividade mineira do Concelho de Castro Verde (efeito da empregabilidade da empresa Somincor S.A.) e, por outro, aos largos investimentos realizados no concelho de Ferreira do Alentejo associados ao regadio, nomeadamente no olival intensivo. Atendendo à situação das mulheres, no caso particular do nível de atividade dos Concelhos, pode perceber-se que estas, face aos homens, registam em todos eles uma menor taxa de atividade (em nenhuma das situações igual ou superior a 46%).

Se considerarmos o setor de atividade em função do sexo, percebemos que são os homens que em maior percentagem trabalham no setor primário e secundário, enquanto as mulheres ocupam maioritariamente o setor terciário. Esta realidade é semelhante em todos os Concelhos.

Ao nível do desemprego atenderam-se aos dados do IEFP sobre número médio de inscritos e à estimativa anual da população pelo INE, ambos publicados no PORDATA. No ano de 2016, a percentagem do número médio de inscritos nos centros de emprego e de formação é, na maior parte dos Concelhos, inferior à média nacional e até do Baixo Alentejo, com exceção do Concelho de Ourique. Ourique tem uma média de inscritos no IEFP superior à média nacional mas inferior à do baixo Alentejo. Se estes dados são, na sua maioria, positivos o mesmo não se verifica quando se comparam desagregados por sexo. São as mulheres que, em todos os 5 Concelhos, estão em maior número inscritas no IEFP face aos homens. Esta diferença é mais acentuada nos Concelhos de Ferreira do Alentejo (4,20% de homens inscritos no IEFP para 6,63% de mulheres) e Almodôvar (3,83% de homens inscritos no IEFP para 5,62% de mulheres). No entanto, em todos os 5 concelhos, a diferença entre homens e mulheres inscritas no IEFP é muito acima da diferença nacional que se situa em 0,03% mais mulheres inscritas. Nestes concelhos varia entre 0,82% (Aljustrel) e 2,43% (Ferreira do

Alentejo), superior também à diferença percentual do Baixo Alentejo que se situa em 0,63%.

Observando um indicador mais estrutural, ao nível das oportunidades de desenvolvimento pessoal, regista-se, nestes 5 Concelhos, uma taxa de analfabetismo francamente superior à taxa nacional (5,2%). Em Aljustrel regista-se uma taxa de analfabetismo de 10,3%, em Almodôvar de 15,1%, em Castro Verde de 8,8%, em Ferreira do Alentejo de 13% e em Ourique de 15,9%. Se atendermos ao caso particular das mulheres, os números são ainda mais preocupantes. Em todos os Concelhos são as mulheres que, mais uma vez, registam uma maior taxa de analfabetismo face aos homens e, em alguns casos, com uma diferença significativa: em Aljustrel são mais 5,2%, em Almodôvar 3,4%, em Castro Verde 3,2%, em Ferreira do Alentejo 6% e em Ourique 3,2%.

Por outro lado, de entre a população alfabetizada, de acordo com os Censos de 2011, existe uma maior percentagem de homens com o 1º, 2º e 3º ciclo de escolaridade face às mulheres que detém esses mesmos ciclos; enquanto em relação ao ensino secundário e superior existe uma maior percentagem de mulheres face aos homens que detém esses níveis de ensino.

Poder-se-á deduzir que, apesar de as mulheres, sobretudo as mais velhas, não terem tido oportunidade de aceder ao ensino, as que a

tiveram, obtêm um maior nível de escolaridade completo face os homens.

Atendendo ao descrito anteriormente, será interessante perceber que apesar de as mulheres serem aquelas que têm uma maior taxa de analfabetismo, quando têm oportunidade para estudar, são elas quem obtêm mais qualificações. De igual forma, apesar de serem as mulheres quem mais estão desempregadas, quando empregadas são elas que mais ocupam empregos correspondentes ao terceiro setor de atividade. Seria por isso expectável que ao nível dos salários esta diferença se fizesse sentir. Mulheres mais qualificadas que os homens, logo que auferiam salários mais elevados. Errado!

Ao nível da remuneração base média mensal dos trabalhadores/ e das trabalhadoras por conta de outrem, segundo dados recolhidos pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia referentes a 2013 (disponíveis no PORDATA) são os homens que auferem um maior rendimento ao final do mês. A nível nacional os homens ganham, em média, mais 177,60€ que as mulheres, já ao nível do baixo Alentejo ganham mais 114,1€ mensais. 4 dos Concelhos aqui em questão, Aljustrel, Almodôvar, Ferreira do Alentejo e Castro Verde seguem esta tendência, sendo que o que tem uma menor diferença é Almodôvar (94,30€) e o que tem a maior é Castro Verde (194,30€). O único Concelho que foge a esta regra é o Concelho de Ourique, no qual são as mulheres que auferem um

rendimento médio mensal superior aos homens, cada mulher ganha em média mais 1,9€ mensais.

Ainda assim, mesmo quando são as mulheres que, em comparação com os homens, ganham mais, note-se a diferença. No caso das mulheres o valor é perto de cêntimos, no caso dos homens são valores bem mais significativos que chegam a rondar os 200€.

As principais conclusões não “podem” fugir à repetição daquilo que é para todas as pessoas evidente. A população destes concelhos está em decréscimo, está envelhecida, tem uma taxa de desemprego e de analfabetismo elevada, particularmente no caso das mulheres, e salários significativamente mais elevados no caso dos homens. Uma percentagem significativa das pessoas nascidas na região, da faixa etária dos 25/64 anos emigra.

A população destes 5 concelhos tem vindo a decrescer ao longo das últimas décadas. Esta não é uma situação meramente conjuntural, mas sim estrutural. É certo que a região tem hoje melhores infraestruturas e é possível oferecer melhor qualidade de vida às suas populações, no entanto não tem sido possível estancar esta “sangria” populacional. O Alentejo em termos gerais tem melhores acessibilidades, mas estas têm servido sobretudo para sair da região com maior facilidade do que para atrair novos habitantes.

Aliada às baixas densidades populacionais temos uma estrutura etária extremamente envelhecida, com características de duplo envelhecimento bastante acentuado.

Toda esta problemática não se deve somente a fatores internos e à própria dinâmica demográfica (diminuição de natalidade, diminuição do número de casamentos, retorno dos emigrantes na idade da reforma, etc.), mas também devido a uma série de fatores externos, onde os mais importantes se encontram relacionados com intensos movimentos migratórios, estando estes claramente correlacionados com os investimentos bastante elevados que têm sido realizados nas principais cidades do País e nas zonas mais industrializadas, nomeadamente com a utilização dos fundos estruturais.

Será importante, na perspetiva do olhar para o território com as lentes da Igualdade de Género, atendermos à expressividade do **Crime de Violência Doméstica** nele presente. Este poderá ser um claro indicador de uma das mais graves consequências das desigualdades que se verificam neste território.

Por via das Estatísticas relacionadas com o crime de Violência Doméstica publicadas pela Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna é possível ter uma visão do panorama deste tipo de crime.

Através do Relatório Anual de Monitorização da Violência Doméstica do ano 2015, publicado pela Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna em Novembro de 2016, constata-se que:

. Em 2015 o distrito de Beja registou, face ao ano de 2014, uma diminuição 9,6% na apresentação de denúncias às forças de segurança pública;

. Em 2015 a taxa de incidência por mil habitantes, no distrito de Beja, foi de 1,7%;

. Em 2015 foram apresentadas 246 denúncias, das quais 182 foram apresentadas à GNR e 64 à PSP;

. No primeiro semestre de 2016, face ao período homólogo do ano anterior, no distrito de Beja registou-se um aumento de 20,% no número de ocorrências participadas às forças de segurança pública;

Através do Relatório Anual de Segurança Interna 2016, publicado em Março de 2017 pelo Gabinete do Secretário Geral é possível verificar que em 2016, face ao ano de 2015, registou-se um aumento de 8,1% de participações do crime de violência doméstica às forças de segurança no Distrito de Beja. De acordo com o mesmo documento a taxa de incidência por cada mil habitantes é de 1,8%. Esta é a taxa de incidência mais baixa a nível nacional.

Poder-se-ia pensar, à luz dos dados apresentados que o Crime de Violência Doméstica é pouco expressivo neste território uma vez que não existem muitas denúncias às forças de segurança pública.

Esta seria uma leitura enviesada da realidade. Estes números não sugerem a não existência de situações de violência doméstica no distrito de Beja, muito pelo contrário, sugerem sim a ainda fraca apresentação das ocorrências às forças de segurança pública.

O distrito de Beja, e em particular estes 5 concelhos, tal como já se descreveu caracterizam-se por uma população envelhecida, com uma taxa de desemprego e analfabetismo elevada (particularmente no caso das mulheres) o que faz com que sejam pessoas de menos recursos e que têm menos condições para aceder aos serviços e saber onde e como aceder. Para além deste aspeto, o facto de o território ser bastante desertificado aumenta ainda a dificuldade na deslocação (muitas moram em locais isolados) e conseqüente acesso aos serviços.

É por isso fundamental sensibilizar e informar a comunidade em geral, e as pessoas que estão a ser vítimas, sobre as questões de Igualdade de Género como forma de prevenção e questões específicas da Violência de Género, nomeadamente ao nível da intervenção (direitos, serviços, recursos, apoios).

4. Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Ferreira do Alentejo e Ourique face à Igualdade de Género

De forma a tentar perceber as especificidades destes 5 Concelhos ao nível da Igualdade de Género analisaram-se os documentos de planeamento estratégico dos Concelhos Locais de Ação Social, presididos pelos Municípios e constituídos pelas várias entidades com responsabilidades sociais nos Concelhos. Estes documentos resultam de um processo conjunto de reflexão com todas as entidades parceiras de forma a serem identificados os problemas mais relevantes/percecionados no Concelho, possibilitando assim o planeamento de uma estratégia conjunta para os superar.

Em **Aljustrel**, segundo o diagnóstico social atualizado pela rede social no ano de 2015 foram identificados problemas que se relacionam diretamente com questões de desigualdade de género.

No eixo da Família e Comunidade:

- . Violência conjugal;
- . Dificuldades de integração social e profissional de vítimas de violência doméstica que se caracterizam por estigma e resistência dos empregadores que dificultam a integração profissional; vítimas

com dificuldade em se autonomizarem, por insuficiência de recursos, designadamente habitação alternativa; desajuste entre a legislação que prioriza a integração das vítimas – formação profissional e emprego – e a sua aplicação;

. Crianças e jovens expostos a Violência Doméstica que se caracteriza pela exposição à violência psicológica e pela sua vitimação física;

. Violência no namoro que se caracteriza por comportamentos de controlo, nomeadamente não poder sair com colegas do outro sexo, controlo dos telemóveis e da roupa, agressões verbais, coação psicológica e agressões físicas;

. Violência sobre pessoas idosas que se caracteriza por negligência, violência económica, física e psicológica.

No eixo Emprego, Qualificação e Empreendedorismo:

. Desemprego de mulheres que se caracteriza por mulheres à procura do primeiro emprego há menos de 1 ano e Desempregadas de Longa Duração.

Em **Almodôvar**, segundo o diagnóstico social atualizado pela rede social no ano de 2015, foram também identificados problemas que se relacionam diretamente com as desigualdades que se fazem sentir:

No eixo Qualificação, Empregabilidade e Empreendedorismo:

- . Insuficientes competências para a procura de soluções para os problemas de desemprego, sobretudo de mulheres e jovens.

No eixo da Família e Comunidade:

- . Existência de situações de violência no namoro/ violência doméstica.

De forma semelhante, em **Castro Verde**, de acordo com o Plano Estratégico de Intervenção Social para os anos de 2016/2017 são mencionados problemas/constrangimentos detetados ao nível do diagnóstico social do Concelho realizado em 2012/2013:

No eixo Grupos Diferenciados:

- . Insuficiência de resposta na área da sensibilização da violência doméstica.

No eixo Famílias em situação vulnerável:

- . Desemprego feminino de longa duração.

Em **Ferreira do Alentejo**, de acordo com o diagnóstico social atualizado em 2012, foram identificados também problemas relacionados com a desigualdade de género. Foi inclusive identificada uma área setorial específica desta temática que engloba vários problemas:

Problemas associados à área setorial da Igualdade de Género:

- . Inexistência de estudos/diagnósticos sobre igualdade de género no território;
- . Inexistência de práticas integradas de igualdade de género entre instituições;
- . Défice de informação sobre igualdade de género;
- . Existência de situações de violência de género.

Problemas associados à área setorial da Ação Social:

- . Existência de situações de violência doméstica.

Problemas associados ao Grupo sócio-problemático das Crianças e Jovens:

- . Exposição a comportamentos de risco e situações de violência doméstica.

Em **Ourique**, segundo o Diagnóstico Social atualizado em 2015, o qual integra, entre outras, uma área temática exclusivamente dedicada à temática Igualdade de Género, indentificou-se:

Na área temática Igualdade de Género:

- . Igualdade de Género e território, nomeadamente o pouco conhecimento sobre a realidade concelhia na área da igualdade de género nas suas várias vertentes: Violência Doméstica, Tráfico de Seres Humanos e Igualdade de Género propriamente dita (desigualdades no acesso ao emprego, discriminação salarial, progressão nas carreiras, conciliação, partilha...);

- . Qualificação dos Recursos Humanos, nomeadamente a insuficiente qualificação técnica na área da Igualdade de Género que se caracteriza por uma insuficiente qualificação de funcionários das entidades públicas e privadas – autarquias locais, pessoal docente (educadores/as e professores/as de todos os ciclos de ensino), IPSS e

outras, em áreas como a própria Igualdade de Género num sentido mais geral, a Violência Doméstica e o Tráfico de Seres Humanos;

. Representações sociais e preconceito, nomeadamente a desigualdade nas representações sociais do papel homem/mulher nas várias esferas da vida – família (partilha e conciliação), comunidade (participação social e política), emprego (profissões masculinas e femininas; e a existência de preconceitos (xenofobia, racismo, homofobia).

. Igualdade e acesso ao emprego, nomeadamente a desigualdade no acesso ao emprego e progressão na carreira (contratação preferencial de pessoas do sexo masculino); existência de casos de violência doméstica.

Resultado da análise atenta aos problemas sentidos e percebidos ao nível da Igualdade de Género em cada um dos Concelhos pode constatar-se que não estão todos ao mesmo nível de identificação do problema. Observa-se que Ferreira do Alentejo e Ourique já dedicam uma área temática exclusiva a problemas relacionados com a Igualdade de Género, mais concretamente aos problemas que resultam das desigualdades de género que se fazem sentir. Estes dois concelhos identificam o desconhecimento que existe face a determinadas dimensões da Igualdade de Género como um

problema em si, bem como algumas das consequências sociais dessas mesmas desigualdades como um outro problema. Nos restantes três concelhos, Aljustrel, Almodôvar e Castro Verde o foco do problema está relacionado com esta última dimensão, as consequências da desigualdade de género que se fazem sentir no território. No caso particular do Concelho de Aljustrel, talvez pelo facto de ter há mais tempo sediada uma estrutura de atendimento a vítimas de violência doméstica, desmultiplica este problema nas várias dimensões problemáticas associados à Violência de Género.

Contudo, apesar das diferenças ao nível do lugar em que cada um dos Concelhos se encontra nesta caminhada rumo a uma sociedade mais igualitária, a verdade é que todos identificam algumas das dimensões do problema, demonstrando que consideram fundamental uma intervenção nesta área.

Assim, e deixando espaço para que cada Concelho percorra o seu próprio caminho, no seu tempo, através dos Planos Municipais para a Igualdade que pretendem desenvolver definir e implementar, o Plano Intermunicipal para a Igualdade surge como um mecanismo de sensibilização que serve a todos estes Concelhos. Ao colocar o foco na sensibilização e prevenção a um nível supramunicipal permite não só dar visibilidade ao tema como também obter um maior impacto por via da ação concertada. Quanto mais pessoas estiverem sensibilizadas e despertas para esta temática, mais fácil se torna

integrar a temática em todas as áreas de intervenção dos Municípios, quer seja na dimensão interna, quer externa.

5. Metodologia de Construção e Implementação do Plano

A construção do Plano Intermunicipal para a Igualdade assentou numa metodologia participativa que envolveu Equipas Municipais para a Igualdade.

As Equipas Municipais para a Igualdade, uma por cada Concelho, foram constituídas pelas Conselheiras Municipais para a Igualdade que se fizeram acompanhar de técnicas e técnicos representativos dos vários setores de um Município, nomeadamente Cultura, Desporto, Educação, Ação Social e Rede Social.

O processo de construção do Plano começou por reuniões conjuntas onde se discutiu:

- a pertinência de um Plano para a Igualdade concertado, vantagens e desvantagens;
- identificaram-se necessidades comuns;
- priorizaram-se as referidas necessidades que levaram à identificação das áreas temáticas a abordar, assim como as melhores estratégias para o fazer.

Foi ainda nestas reuniões que se definiram conjuntamente as ações e se estruturou o documento final que agora se apresenta.

Plano Intermunicipal para a Igualdade

A segunda fase consistiu na Criação de Grupos de Trabalho Temáticos para Implementação e Monitorização do Plano por todos os Municípios Envolvidos. Cada eixo temático foi constituído por elementos das Equipas Municipais para a Igualdade onde cada grupo irá desenvolver os esforços necessários para a implementação das ações definidas.

6. Descrição das Ações do Plano

O Plano Intermunicipal para a Igualdade de Género irá estruturar-se em **3 Eixos Temáticos**:

- Desporto
- Educação
- Cultura

O **Eixo do Desporto** tem como objetivos principais desmistificar os preconceitos de género associados à prática desportiva e sensibilizar dirigentes, chefias e executivos camarários para a Igualdade de Género.

O **Eixo da Cultura** tem como objetivo principal sensibilizar através da cultura para as questões de Igualdade de Género.

Finalmente o **Eixo da Educação** tem como principal objetivo sensibilizar a comunidade escolar para a importância da igualdade de género.

Plano Intermunicipal para a Igualdade

Eixo	Desporto
Objetivo Geral	Desmistificar os preconceitos de género associados à prática desportiva e sensibilizar dirigentes/executivos camarários e chefias para a Igualdade de Género.

Ação 1	Sensibilização para a Comunidade
Atividade	Dia Intermunicipal para a Igualdade de Género
Objetivos	Sensibilizar para a Igualdade entre homens e mulheres através da prática desportiva; Desmistificar os preconceitos de género associados à prática desportiva; Sensibilizar dirigentes/executivos camarários e chefias para a Igualdade de Género.
Descrição Atividade	Pretende concretizar-se o Dia Intermunicipal para a Igualdade através da realização de um mega dia desportivo intermunicipais. Esta atividade consistirá numa oferta de atividades desportivas ao longo de todo o dia, em simultâneo em todos os municípios, bem como a organização de um percurso intermunicipal no qual será transportada a Tocha da Igualdade. Será ainda realizado um momento simbólico em cada um dos Concelhos onde será feita a passagem da Tocha ao Concelho seguinte. Esta atividade terá uma componente municipal, em que cada município é responsável por organizar a sua própria oferta desportiva e escolha da forma como será

transportada a Tocha até ao Concelho vizinho; bem como uma componente intermunicipal que será uma organização conjunta entre todos.

As atividades desportivas a realizar têm que ter como critério de participação a existência de equipas mistas e serão devidamente acompanhadas pelas equipas municipais de desporto e pelas associações e coletividades desportivas presentes no concelho que também serão envolvidas.

O percurso a realizar para a passagem da Tocha da Igualdade pelos Concelhos iniciará em Ferreira do Alentejo, seguirá para Aljustrel, Castro Verde, Almodôvar e terminará em Ourique.

Em cada um dos Municípios acontecerá uma cerimónia de passagem da Tocha com a presença dos executivos municipais e um/a representante da CIG para um breve momento de reflexão sobre o Plano Intermunicipal para a Igualdade e Igualdade de Género em geral. Pretende-se que na Cerimónia de Partida e de Chegada estejam presentes todos os Executivos Municipais de todos os Concelhos envolvidos. Será ainda realizado o convite à Sra. Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade para estar presente num desses momentos.

Em cada uma das paragens da Tocha (incluindo a partida e a chegada) criar-se-á um momento para colocar, aos/às participantes, um conjunto de questões relacionadas com o tema para memória futura e registo em livro.

Plano Intermunicipal para a Igualdade

Indicadores/ Fontes de Validação	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de Participantes (desagregados por sexo e idade); • N.º de Dirigentes, chefias, executivos municipais (desagregados por sexo e idade); • N.º de Associações e coletividades envolvidas; • Livro de Testemunhos; • Questionário; • Registo Fotográfico. 	
Intervenientes	Promotores/as	Municípios com a Coordenação das Equipas Municipais para a Igualdade.
	Parceiros/as	Comuns a todos os Municípios: GNR, Bombeiros, CIG, Esdime. Parceiros Locais são identificados por cada um dos Municípios.
	Destinatários/as	Movimento Associativos e Desportivo; Comunidade em Geral; Dirigentes e Cargos de Chefia.
Divulgação	A divulgação a realizar será inclusiva através dos meios de comunicação social (locais, regionais e nacionais). O cartaz da Atividade será comum a todos os Municípios.	
Calendarização	30 de Setembro de 2018	

Eixo	Educação
Objetivo Geral	Sensibilizar a comunidade escolar para a importância da Igualdade de Género.

Ação 1	Sensibilização do Pessoal não Docente	
Atividade	Workshop Igualdade de Género e a importância desta na abordagem com crianças e jovens.	
Objetivos	Sensibilizar, em matéria de igualdade de género, o pessoal não docente; Promover a integração de uma abordagem mais igualitária, ao nível do género, nas funções desempenhadas em meio escolar.	
Descrição Atividade	Pretende-se realizar um Workshop por Agrupamento com a duração de um dia. Pretende-se refletir, através de dinâmicas participativas, sobre a importância de adotar atitudes promotoras de igualdade entre mulheres e homens. Esta atividade realizar-se-á sempre em horário laboral e em períodos não letivos.	
Indicadores/Fontes de Validação	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de Workshops realizados; • N.º de Não Docentes envolvidos/as (desagregados por sexo e idade); • N.º de Municípios envolvidos; • Avaliação por questionário. 	
Intervenientes	Promotores/as	Municípios com a Coordenação das Equipas Municipais para a

Plano Intermunicipal para a Igualdade

		Igualdade, Agrupamento de Escolas.
	Parceiros/as	CIG, Esdime.
	Destinatários/as	Pessoal não docente.
Divulgação	Uma vez que será uma ação interna não carece de divulgação que não seja aquela feita diretamente junto das direções dos agrupamentos de escolas.	
Calendarização	Pausas Letivas do Ano Letivo 2018/2019	

Ação 2	Sensibilização do Pessoal Docente para que incluam a Igualdade de Género como temática a trabalhar ao longo do Ano Letivo 2018/2019
Atividade	Inclusão da Igualdade de Género como um dos temas do Plano de Atividades 2018/2019
Objetivos	Sensibilizar, em matéria de igualdade de género, o pessoal docente; Promover a procura de conhecimento aprofundado em matéria de igualdade de género por parte dos/as docentes; Promover a integração de uma abordagem mais igualitária, ao nível do género na prática educativa.
Descrição Atividade	A atividade, como o próprio nome indica, consiste na integração da igualdade de género como um dos temas a ser trabalhado ao longo do próximo ano letivo. Pretende-se que os/as docentes abordem o tema com os/as seus/suas alunos/as, em Áreas

	<p>Projeto, Educação para a Cidadania, entre outras. Ao fazê-lo terão necessidade de procurar uma maior informação/conhecimento sobre o tema.</p> <p>Para a prossecução desta atividade a Esdime, entidade com trabalho desenvolvido ao nível da Igualdade de Género, disponibiliza-se para, caso os/as docentes sintam essa necessidade, agendar com eles/as sessões de trabalho nos vários agrupamentos para sensibilizar/informar e apoiar a definição de estratégias para que abordem/trabalhem o tema com os/as seus/suas alunos/as.</p>	
Indicadores/Fontes de Validação	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de Ações desenvolvidas; • N.º de Docentes envolvidos/as (desagregados por sexo e idade); • N.º de Municípios envolvidos; • Avaliação por questionário. 	
Intervenientes	Promotores/as	Municípios com a Coordenação das Equipas Municipais para a Igualdade, Agrupamento de Escolas.
	Parceiros/as	CIG, Esdime.
	Destinatários/as	Pessoal Docente.
Divulgação	<p>Uma vez que será uma ação interna não carece de divulgação que não seja aquela feita diretamente junto das direções dos agrupamentos de escolas.</p>	

Calendarização	Ano Letivo 2018/2019
Ação 3	Sensibilização de Crianças e Jovens
Atividade 1	Concurso Intermunicipal de Postais sobre Igualdade de Género
Objetivos	<p>Sensibilizar as crianças em matéria de igualdade de género;</p> <p>Promover a reflexão sobre as diferenças de papéis de género e a sua consequência nas desigualdades existentes.</p>
Descrição Atividade	<p>O Concurso Intermunicipal consiste na elaboração de postais, através dos olhares das crianças, que ilustrem questões alusivas à Igualdade de Género. Pretende-se que estes postais sejam elaborados por crianças desde o pré-escolar ao 2º ciclo de todos os Agrupamentos envolvidos.</p> <p>Pretende-se que estes postais possam ser elaborados pelas crianças em conjunto com os/as docentes titulares de turma e/ou de áreas projeto, cidadania, entre outras. Poderão participar tantas turmas quantas desejarem não existindo limite mínimo ou máximo por agrupamento. Será elaborado um regulamento do qual constarão as regras do referido concurso.</p> <p>O convite para participação no concurso será estendido ao Pré-Escolar das às IPSS's locais.</p>

	<p><u>Interligação com o Eixo da Cultura:</u> Será realizada uma exposição itinerante de Postais resultantes desta atividade. Esta exposição irá passar pelos 5 Concelhos envolvidos.</p>	
Indicadores/Fontes de Validação	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de Crianças/Jovens participantes (desagregados por sexo e ciclo de ensino); • N.º de Docentes envolvidos/as (desagregados por sexo e idade); • N.º de Municípios envolvidos; • N.º Entidades Públicas envolvidas; • N.º Entidades Privadas envolvidas; • Postais editados; • Avaliação por questionário. 	
Intervenientes	Promotores/as	Municípios com a Coordenação das Equipas Municipais para a Igualdade, Agrupamento de Escolas.
	Parceiros/as	CIG, Esdime, CPCJ.
	Destinatários/as	Crianças e Jovens e Pessoal Docente
Divulgação	Uma vez que será uma ação interna não carece de divulgação que não seja aquela feita diretamente junto das direções dos agrupamentos de escolas.	
Calendarização	Trabalhos realizados pelas crianças entregues até Dezembro de 2018 com possibilidade de estender até	

	<p>Fevereiro de 2019 em caso de necessidade. Data a acordar em conjunto com os Agrupamentos.</p>
Atividade 2	Concurso Intermunicipal para Spots de Vídeo/Áudio
Objetivos	<p>Sensibilizar os/as jovens em matéria de igualdade de género;</p> <p>Promover a reflexão sobre as diferenças de papéis de género e a sua consequência nas desigualdades existentes.</p>
Descrição Atividade	<p>O Concurso Intermunicipal consiste na criação de Spots de Vídeo/Áudio alusivos à Igualdade de Género. Pretende-se que estes Spots sejam criados por jovens desde o 3º ciclo ao Ensino Secundário de todos os Agrupamentos envolvidos.</p> <p>Pretende-se que estes Spots possam ser elaborados pelos/as jovens em conjunto com os/as docentes titulares de turma e/ou de áreas projeto, cidadania, entre outras. Poderão participar tantas turmas quantas desejarem não existindo limite mínimo ou máximo por agrupamento. Será elaborado um regulamento do qual constarão as regras do referido concurso.</p> <p>No caso do Concelho de Aljustrel poderá participar também o Centro de Formação por via dos Cursos EFA B3/NS.</p>

	<p><u>Interligação com o Eixo da Cultura:</u></p> <p>Divulgação dos Spots resultantes do Concurso em atividades realizadas nos Cineteatros Municipais e em outras atividades municipais que se justifiquem bem como nas atividades realizadas pelos agrupamentos. Divulgação dos Áudio dos Spots resultantes do Concurso nas Rádios Locais.</p>	
Indicadores/Fontes de Validação	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de Jovens participantes (desagregados por sexo e ciclo de ensino); • N.º de Docentes envolvidos/as (desagregados por sexo e idade); • N.º de Municípios envolvidos; • N.º Entidades Públicas envolvidas; • N.º Entidades Privadas envolvidas; • Spot Construído; • Avaliação por questionário. 	
Intervenientes	Promotores/as	Municípios com a Coordenação das Equipas Municipais para a Igualdade, Agrupamento de Escolas.
	Parceiros/as	CIG, Esdime, CPCJ.
	Destinatários/as	Jovens e Pessoal Docente
Divulgação	Uma vez que será uma ação interna não carece de divulgação que não seja aquela feita diretamente junto das direções dos agrupamentos de escolas.	
Calendarização	Trabalhos realizados pelos/as jovens concluídos e	

Plano Intermunicipal para a Igualdade

	entregues até final do 2º Período do Ano Letivo de 2018/2019.
--	---

Eixo	Cultura
Objetivo Geral	Sensibilizar a comunidade em geral para as questões de Igualdade de Género através da cultura.

Ação 1	Exposição dos Postais resultantes da ação “Sensibilizar crianças e jovens” do Eixo Educação
Atividade	Exposição Itinerante de Postais sobre Igualdade de Género
Objetivos	Partilhar a visão das crianças sobre a Igualdade de Género com a Comunidade em Geral; Promover a reflexão sobre a importância da transmissão de valores igualitários em termos de género ao longo de todo o processo de desenvolvimento das crianças.
Descrição Atividade	A atividade consiste na criação de uma Exposição dos Postais elaborados pelas crianças do pré-escolar até ao 2º ciclo de escolaridade. Esta exposição incluirá não apenas os postais vencedores, apesar destes terem um lugar de destaque, mas será uma compilação de todos aqueles que participarem no Concurso Intermunicipal. Pretende-se que esta Exposição percorra todos os

Plano Intermunicipal para a Igualdade

	Concelhos e esteja presente à Comunidade por um período de 2 semanas. Será feita uma sessão de abertura da Exposição em cada um dos Concelhos.	
Indicadores/Fontes de Validação	<ul style="list-style-type: none"> • N.º Itinerâncias desagregadas por localidade; • Ficha de Satisfação 	
Intervenientes	Promotores/as	Municípios com a Coordenação das Equipas Municipais para a Igualdade.
	Parceiros/as	CIG, Esdime, Agrupamentos de Escolas.
	Destinatários/as	Comunidade em Geral
Divulgação	Divulgação conjunta com Layout Igual para todos os Concelhos	
Calendarização	Maio/Junho 2019	

Ação 2	Divulgação dos Spot resultantes da ação “Sensibilizar crianças e jovens” do Eixo Educação
Atividade	Divulgação dos Spot nos Cineteatros Municipais e Rádios Locais
Objetivos	Partilhar a visão/entendimento dos/as jovens sobre a Igualdade de Género com a Comunidade em Geral; Promover a reflexão sobre a importância da transmissão de valores igualitários em termos de género ao longo de todo o processo de desenvolvimento dos/as jovens.

Descrição Atividade	<p>A atividade consiste na transmissão dos Spot vencedores do Concurso Intermunicipal previamente às atividades regulares dos Cineteatros Municipais (Cinema, Teatro, etc.). Os Spot serão os mesmos para todos os Concelhos. Pretende-se ainda que o áudio dos referidos Spot possa passar nas Rádios Locais de todos os Concelhos.</p> <p>De igual forma, a divulgação dos Spot (áudio e/ou vídeo) acontecerá em outros eventos Concelhios que se considere adequado bem como no contexto de eventos dentro dos Agrupamentos de Escolas.</p>	
Indicadores/Fontes de Validação	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de Locais/eventos em que o Spot é Divulgado; • Ficha de Satisfação. 	
Intervenientes	Promotores/as	Municípios com a Coordenação das Equipas Municipais para a Igualdade.
	Parceiros/as	CIG, Esdime, Agrupamentos de Escolas, Rádios Locais.
	Destinatários/as	Comunidade em Geral
Divulgação	Não se aplica	
Calendarização	Maio/Junho 2019	

Ação 3	Teatro Itinerante
Atividade	Criação de Peça/s de Teatro Itinerante/s
Objetivos	Sensibilizar para a importância da visibilidade das

	<p>desigualdades de género como forma de as combater;</p> <p>Evidenciar as consequências das desigualdades de género na sociedade;</p> <p>Mostrar comportamentos/atitude alternativas/as promotores da igualdade de género.</p>	
<p>Descrição Atividade</p>	<p>Construir, com recurso a um ou mais grupos de teatro formais e/ou informais, uma ou mais peças de teatro que abordem questões como as desigualdades de género, as suas consequências na sociedade e forneçam comportamentos alternativos que promovam a igualdade. A Equipa da Esdime estará disponível para trabalhar o tema da peça bem como as linhas condutoras em conjunto com o grupo de teatro de forma a garantir que estas diretrizes são asseguradas.</p> <p>Poderá ser mais que uma peça, tantas quantos grupos conseguirem ser mobilizados para este efeito (A.T.L., Grupo Teatro, entre outros). Poderão nem todos os Concelhos estar em condições de ter grupos organizados que criem a peça, mas todos os que criarem irão rodar por todos os outros Concelhos.</p>	
<p>Indicadores/Fontes de Validação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • N.º Peças Teatro criadas; • N.º de Itinerâncias da/s peça/s; • Ficha de Satisfação 	
<p>Intervenientes</p>	Promotores/as	Municípios com a Coordenação

Plano Intermunicipal para a Igualdade

		das Equipas Municipais para a Igualdade, Grupos de Teatro
	Parceiros/as	CIG, Esdime
	Destinatários/as	Comunidade em Geral
Divulgação	Divulgação conjunta com Layout igual para todos os Concelhos	
Calendarização	Dezembro 2018/Janeiro 2019	

Ação 4	Cinema Temático	
Atividade	Ciclo de Cinema Temático sobre Igualdade de Género	
Objetivos	Sensibilizar para as diferentes dimensões da Igualdades/Desigualdade de Género e suas consequências.	
Descrição Atividade	O Ciclo de Cinema consiste na Projeção de 3 ou 4 filmes sobre Igualdade de Género por Concelho em dias não coincidentes com aqueles que normalmente estão reservados para atividades regulares dos Cineteatros (nomeadamente Projeção de Filmes em Cartaz nos cinemas). Estas sessões de cinema serão gratuitas.	
Indicadores/Fontes de Validação	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de Filmes Projetados; • N.º de Concelhos envolvidos; • Ficha de Satisfação. 	
Intervenientes	Promotores/as	Municípios com a Coordenação

Plano Intermunicipal para a Igualdade

		das Equipas Municipais para a Igualdade
	Parceiros/as	CIG, Esdime
	Destinatários/as	Comunidade em Geral
Divulgação	Divulgação conjunta com Layout igual para todos os Concelhos	
Calendarização	Período compreendido entre 24 de Outubro e 25 de Novembro de 2018	

7. Cronograma

			2018					2019					
			A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J
Eixo Desporto	Sensibilização para a Comunidade	Dia Intermunicipal para a Igualdade de Género											
Eixo Educação	Sensibilização do Pessoal não Docente	Workshop IG e importância desta na abordagem com crianças/jovens											
	Sensibilização do Pessoal Docente para que incluam a IG como temática a trabalhar ao longo do Ano Letivo 2017/2018	Inclusão da IG como um dos temas do Plano de Atividades 2017/2018											
	Sensibilização de Crianças e Jovens	Concurso Intermunicipal de Postais sobre Igualdade de Género											
		Concurso Intermunicipal para Spots de Vídeo/Áudio											
Eixo Cultura	Exposição dos Postais resultantes da ação “Sensibilizar crianças e jovens” do Eixo Educação	Exposição itinerante de Postais sobre IG											
	Divulgação dos Spot resultantes da ação “Sensibilizar crianças e jovens” do Eixo Educação	Divulgação dos Spot nos Cineteatros Municipais e Rádios Locais											
	Teatro Itinerante	Criação de Peças/s de Teatro Itinerante/s											
	Cinema Temático	Ciclo de Cinema Temático sobre Igualdade de Género											

8. Avaliação

O Plano Intermunicipal para a Igualdade será avaliado, após a sua implementação, pelas Equipas Municipais para a Igualdade.

À semelhança da metodologia de elaboração do plano, a avaliação será feita de forma participada integrando não só as Equipas Municipais como também outros elementos considerados relevantes por estas, nomeadamente entidades parceiras por via da implicação que terão na implementação do mesmo.

Esta avaliação ir-se-á realizar aos níveis:

- Interno. Ao nível das Equipas Municipais para a Igualdade, nomeadamente implicação na prossecução dos objetivos e envolvimento na sua execução;
- Externo. Avaliação do Plano face aos resultados qualitativos e quantitativos resultantes da sua execução.

A avaliação do Plano irá realizar-se ainda ao nível do compromisso futuro/implicação dos Municípios para a continuidade do Plano Intermunicipal, após o primeiro ano de implementação, por via do seu replaneamento face aos objetivos atingidos e a atingir.

Elaborado por:



Apoio:

